RENOVIAS CONCESSIONÁRIA S.A.

CNPJ nº 02.417.464/0001-23

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, Finalizando o ano de 2014, a Concessionária apresenta as atividades realizadas nesse período. Foi registrado aumento de 5,22%, em relação ao ano de 2013, no fluxo de veículos nos pedágios de sua malha viária. Os investimentos alcançaram aproximadamente R$ 25,1 milhões, permitindo atender o cronograma aprovado junto à ARTESP (Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo), bem como cumprir o programa pactuado com Vossas Senhorias. Informamos na sequência os serviços que foram executados. Entre as ações de engenharia, a Concessionária realizou, ao longo da malha viária, a recuperação de pavimento em uma extensão de 21 quilômetros. Foram implantados 4,7 quilômetros de defensas metálicas e 3,0 quilômetros de barreiras rígidas tipo New Jersey. Foram recuperados 60.719 metros quadrados de faixas horizontais, implantadas 31.084 novas tachas refletivas e instaladas 947 unidades de placas totalizando 1.378 metros quadrados de novas placas, além da recuperação de 118 obras de arte especiais ao longo da malha viária. Os investimentos nestes serviços de conservação especial totalizaram R$ 12,8 milhões. Os investimentos em equipamentos, veículos e sistemas de controle (ITS) atingiram 8,6 milhões. Foi promovida a renovação da frota de veículos, com a substituição de três ambulâncias, três caminhões irrigadeira e oito inspeções de tráfego. O Sistema de Ajuda ao Usuário terminou 2014 com as seguintes marcas de atendimento: inspeções de tráfego - 14.070; socorros mecânicos - 23.571; serviços de guincho - 15.524; primeiros socorros - 2.145 e serviços de irrigadeira - 1.293. Ao longo do ano foi desenvolvida campanha educacional de segurança no trânsito com a implantação de 35 faixas banner ao longo de todas as rodovias administradas pela concessionária. Os materiais trazem mensagens que despertam a atenção dos motoristas para pontos importantes relacionados à segurança no trânsito. Entre os temas abordados estão a exigência do cinto de segurança por todos os ocupantes dos veículos, cuidados para evitar atropelamento e colisão traseira. Também há mensagens direcionadas aos motociclistas, bem como um alerta para a parada emergencial no acostamento. Durante a Operação Páscoa foi promovida a Campanha de segurança Realidade dos Acidentes, com a implantação de faixas e infláveis na Praça de Pedágio Jaguariúna, com alerta para os motociclistas. A concessionária também realizou mais uma etapa do Pit Stop para motociclistas, a ação visa conscientizar os motociclistas sobre direção defensiva, segurança nas rodovias e a importância de realizar manutenção adequada nas motocicletas. O motociclista pode realizar revisão técnica gratuita, pintura de placas, calibragem dos pneus e lubrificação da corrente. Por meio da Campanha Bate Coração, que integra o Programa Saúde do Caminhoneiro, em 2014 foi realizado atendimento a 1.531 motoristas, em três etapas, totalizando mais de 18 mil consultas desde o início da campanha em 2002. A ação visa oferecer gratuitamente aos usuários consulta médica e orientações sobre doenças arteriais coronárias, com realização de exame de eletrocardiograma, teste de glicemia e aferição de pressão arterial. Entre doações a entidades assistenciais e patrocínios de eventos culturais, a Renovias destinou em 2014 cerca de R$ 1,7 milhão. Os repasses foram feitos por meio da Lei de Incentivo à Cultura (Lei Rouanet), além dos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente e do Idoso. Aos Fundos Municipais dos Direitos da Criança e Adolescente das cidades de São Carlos, Santo Antonio de Posse, Vargem Grande do Sul, São José do Rio Pardo, Aguaí, Itobi, Mogi Mirim, Mococa, Casa Branca, Espírito Santo do Pinhal e Estiva Gerbi foram destinados R$ 292 mil. Aos Fundos Municipais do Idoso, foram doados R$ 292 mil, distribuídos entre Casa Branca, Mococa, Mogi Mirim e Itobi. Pela Lei de Incentivo à Cultura, a concessionária apoiou a Orquestra Sinfônica Villa Lobos de Mogi Guaçu, com investimento de R$ 102 mil. Também deu continuidade ao patrocínio da Orquestra Jazz Sinfônica de São João da Boa Vista, regida pelo maestro Agenor Ribeiro Netto. Este projeto cultural ainda inclui uma escola de formação de músicos em São João da Boa Vista, com 125 crianças e adolescentes. Neste projeto o investimento foi de R$ 767 mil. Também pela Lei Rouanet, a concessionária patrocinou duas peças de teatro produzidas pela Companhia de Teatro Parafernália, de Mogi Guaçu. Uma das peças tem como foco a educação no trânsito e a outra apresentação é voltada para sustentabilidade. No total, foram 32 apresentações das peças, atingindo escolas da rede pública de ensino, com faixa etária entre 6 e 12 anos, de todos os municípios abrangidos pela malha viária da concessionária. O investimento nesses projetos foi de R$ 200 mil. No primeiro semestre de 2014 foi promovida exposição de fotos sobre a Mata Atlântica em Mogi Mirim, Mogi Guaçu, Vargem Grande do Sul, Mococa e São João da Boa Vista. A mostra é fruto do patrocínio do livro Ká á Eté, que tem como abordagem as espécies da Mata Atlântica. A ação teve como objetivo conscientizar a população sobre a preservação ambiental. O investimento nesse projeto totaliza R$ 100 mil. A concessionária também realizou o plantio de 2,7 mil árvores nativas para recuperação de mata ciliar às margens do Ribeirão da Prata, em Águas da Prata. A atividade contou com a participação de alunos da rede municipal de ensino, colaboradores da Renovias e profissionais da Secretaria do Meio Ambiente de Águas da Prata. A equipe de Atendimento Pré-Hospitalar promoveu aulas e simulados práticos referentes a primeiros socorros para alunos do segundo ano do curso de Medicina da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), além de palestras em empresas e escolas que integram a malha viária administrada pela concessionária. Diversas iniciativas foram realizadas por meio do Projeto de Sustentabilidade, entre elas, a entrega de 77 cadeiras de rodas para entidades assistenciais em 2014. Os equipamentos são viabilizados com a arrecadação de lacres de alumínio. Ao todo já foram doadas através dessa campanha 177 cadeiras para entidades assistenciais da região. As ações ambientais promovidas pela Renovias resultaram no prêmio Selo Verde concedido pelo Instituto Internacional de Pesquisa e Responsabilidade Socioambiental Chico Mendes. No ano passado a rodovia SP-340 foi eleita pelo Guia Quatro Rodas como a 5ª melhor rodovia do País. Também em 2014 a concessionária recebeu o prêmio Melhores Empresas para Você Trabalhar. Desenvolvimento de projetos, treinamentos, aperfeiçoamentos e demais melhorias, resultaram na conquista do prêmio concedido pela revista Você S/A, que elege as 150 melhores empresas para se trabalhar no Brasil. **A Administração**

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31/12/14 E 31/12/13 (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota explicativa	2014	2013
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	6	14.096	18.280
Contas a receber de clientes		881	726
Contas a receber de partes relacionadas	8	20.081	17.648
Pagamento antecipado relacionado à concessão	9	233	233
Despesas antecipadas		871	792
Outros créditos		1.333	551
Total do ativo circulante		37.495	38.230
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo			
Pagamento antecipado relacionado à concessão	9	1.495	1.728
Despesa antecipada de outorga fixa	9	35.807	43.037
Depósitos judiciais		2.951	2.007
		40.253	46.772
Imobilizado	10	24.528	22.008
Intangível	11	375.408	410.248
Total do ativo não circulante		440.189	479.028
TOTAL DO ATIVO		477.684	517.258

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	2014	2013
CIRCULANTE			
Financiamentos	12	43.331	43.434
Debêntures	13	31.223	262
Fornecedores nacionais		5.210	4.356
Contas a pagar de partes relacionadas	8	112	107
Impostos e contribuições a recolher		3.614	3.088
Impostos e contribuições parcelados	14	793	1.570
Imposto de renda e contribuição social		17.536	15.627
Obrigações sociais e trabalhistas		4.361	4.166
Provisão de manutenção	16	18.169	5.550
Juros sobre capital próprio a pagar	18.d	1.874	–
Outras contas a pagar		13	35
Total do passivo circulante		126.236	78.195
NÃO CIRCULANTE			
Financiamentos	12	18.805	61.946
Debêntures	13	64.058	94.716
Impostos e contribuições parcelados	14	5.019	5.752
Passivo fiscal diferido	7.b	28.599	37.901
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	15	11.236	8.962
Provisão de manutenção	16	28.880	28.441
Total do passivo não circulante		156.597	237.718
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	18.a	75.000	75.000
Reserva de lucros	18.b e 18.c	119.851	126.345
Total do patrimônio líquido		194.851	201.345
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		477.684	517.258

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/14 E 31/12/13 (Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Nota explicativa	2014	2013
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	22	346.958	334.328
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS			
Custo com pessoal		(23.791)	(22.456)
Serviços de terceiros		(16.976)	(17.732)
Materiais, equipamentos e outros		(10.847)	(9.746)
Provisão para manutenção	16	(19.297)	(19.722)
Outorga da concessão		(7.751)	(973)
Custo de construção		(4.534)	(16.165)
Depreciação e amortização	10 e 11	(43.510)	(38.817)
		(126.706)	(125.611)
LUCRO BRUTO		220.252	208.717
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Custo com pessoal		(11.621)	(11.227)
Serviços de terceiros		(5.325)	(4.105)
Materiais, equipamentos e outros		(7.424)	(7.137)
Depreciação e amortização	10 e 11	(1.910)	(1.214)
Outras receitas operacionais		85	398
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		194.057	185.432
Despesas financeiras	21	(20.917)	(18.588)
Receitas financeiras	21	4.306	6.113
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		177.446	172.957
Imposto de renda e contribuição social correntes	7.a	(65.745)	(55.434)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7.a	9.302	698
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		121.003	118.221
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO - BÁSICO E DILUÍDO (EM REAIS - R$)		1,61	1,58

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/14 E DE 31/12/13 (Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros: Legal	Reservas de lucros: Retenção de lucros	Reservas de lucros: Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Total
SALDOS EM 01/01/2013		75.000	15.000	60.000	23.858	–	173.858
Dividendos distribuídos		–	–	–	(23.858)	–	(23.858)
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	118.221	118.221
Destinação:							
Dividendos intermediários pagos		–	–	(58.125)	–	(2.181)	(60.306)
Juros sobre o capital próprio		–	–	(1.875)	–	(4.695)	(6.570)
Dividendo adicional proposto		–	–	–	51.345	(51.345)	–
Reserva de retenção de lucros		–	–	60.000	–	(60.000)	–
SALDOS EM 31/12/2013		75.000	15.000	60.000	51.345	–	201.345
Dividendos distribuídos	18.c	–	–	–	(51.345)	–	(51.345)
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	121.003	121.003
Destinação:							
Dividendos intermediários pagos	18.c	–	–	(58.505)	–	(10.513)	(69.018)
Juros sobre o capital próprio	18.d	–	–	(1.495)	–	(5.639)	(7.134)
Dividendo adicional proposto	18.c	–	–	–	44.851	(44.851)	–
Reserva de retenção de lucros	18.c	–	–	60.000	–	(60.000)	–
SALDOS EM 31/12/2014		75.000	15.000	60.000	44.851	–	194.851

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/14 E 31/12/13 (Em milhares de reais)

	2014	2013
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	121.003	118.221
Outros resultados abrangentes	–	–
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	121.003	118.221

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/14 E 31/12/13 (Em milhares de reais)

	Nota explicativa	2014	2013
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		121.003	118.221
Ajustes por:			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7.a	(9.302)	(698)
Depreciação e amortização	10 e 11	45.420	40.031
Baixa do ativo imobilizado e intangível	10 e 11	40	126
Provisão da outorga variável		–	11.424
Amortização do pagamento antecipado relacionado à concessão		233	234
Ajuste a valor presente sobre provisão de manutenção	16	1.609	163
Juros sobre debêntures e financiamentos	21	17.152	16.831
Capitalização dos juros	21	(109)	(940)
Constituição provisão de manutenção	16	19.297	19.722
Constituição provisão de riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	15	3.244	3.190
Juros e multa sobre impostos parcelados	21	(37)	615
		198.550	208.919
Variações nos ativos e passivos			
(Aumento) redução dos ativos:			
Contas a receber		(155)	246
Contas a receber - partes relacionadas		(2.433)	(1.922)
Despesa antecipada de outorga fixa		7.230	(7.714)
Depósitos judiciais		(944)	(508)
Despesas antecipadas		(79)	(79)
Outros créditos		(782)	652
(Redução) aumento dos passivos:			
Fornecedores		854	(7.203)
Contas a pagar de partes relacionadas		5	(82)
Obrigações sociais e trabalhistas		195	290
Impostos e contribuições a recolher e parcelados e provisão para IRPJ e CSLL		63.500	50.540
Imposto de renda e contribuição social pagos		(62.869)	(50.156)
Liquidação de riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	15	(970)	(1.217)
Realização provisão de manutenção	16	(7.848)	(15.742)
Obrigações com o Poder Concedente	17.a	–	(12.341)
Outras contas a pagar		(22)	(30)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		194.232	163.653
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de ativo imobilizado	10	(7.558)	(8.944)
Aquisição de ativo intangível	11	(5.473)	(17.445)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento		(13.031)	(26.389)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Financiamentos e debêntures:			
Captações		–	108.623
Pagamentos de principal		(43.149)	(115.699)
Pagamento de juros		(16.944)	(15.944)
Juros sobre capital próprio	18.d	(4.929)	(6.570)
Dividendos pagos	18.c	(120.363)	(104.621)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento		(185.385)	(134.211)
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(4.184)	3.053
No início do exercício	6	18.280	15.227
No fim do exercício	6	14.096	18.280
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(4.184)	3.053

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/14 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional: A Renovias Concessionária S.A. ("Renovias" ou "Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, domiciliada no Brasil, constituída de acordo com as leis brasileiras. A sede da Companhia está localizada na Rodovia SP-340 - Governador Dr. Adhemar Pereira de Barros, km 161, Pista Sul, Bairro Sobradinho, na Cidade de Mogi Mirim, Estado de São Paulo. A Companhia tem como objetivo específico a exploração de rodovias, sob o regime de concessão, mediante arrecadação de pedágio e, em extensão limitada, receitas provenientes da exploração da faixa de domínio ao redor das rodovias. A Companhia é responsável por reparar, ampliar, conservar, manter e operar as rodovias SP-215, SP-340, SP-342, SP-344, e SP-350, entre Campinas e o Sul de Minas Gerais, com extensão total de 345,6 km. O contrato de concessão foi assinado em 14 de abril de 1998, com o prazo 240 meses a contar dessa data. Em 21 de dezembro de 2006, através de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, o prazo da concessão foi prorrogado em 50 meses, totalizando 290 meses. O prazo do contrato de concessão encerra em junho de 2022. O Poder Concedente transferiu à Companhia os imóveis e demais bens que estavam em seu poder até a assinatura do contrato de concessão, sendo responsabilidade desta zelar pela integridade dos bens que lhes foram cedidos, além de fazer novos investimentos para a construção ou melhorias das rodovias. Bens reversíveis: Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão. Outras informações relevantes: Em fevereiro de 2012, foi recebida pela Renovias solicitação da ARTESP para apresentação de respectiva defesa prévia em processo administrativo, referente ao Termo Aditivo Modificativo nº 13/06, de 21 de dezembro de 2006. Apresentada manifestação, em 14 de dezembro de 2012 a Renovias foi novamente intimada a se pronunciar. Esse prazo permaneceu suspenso, por decisão da ARTESP, até que, com a retomada da fluência do prazo, a Renovias, em 13 de maio de 2013, apresentou seu novo pronunciamento sobre a matéria tratada no referido processo administrativo. Em 09 de janeiro de 2014, a Renovias apresentou suas alegações finais. Em 19 de fevereiro de 2014, a Artesp encerrou o processo administrativo, entendendo que a controvérsia deveria ser dirimida pelo Poder Judiciário. As partes ajuizaram ações judiciais sobre referida controvérsia que estão sob segredo de justiça.

2. Principais Práticas Contábeis: As práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente para todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras da Companhia. a) Apuração do resultado: Os resultados das operações são apurados em conformidade com o regime contábil de competência do exercício. b) Receitas de serviços: • As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários das rodovias; • As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços; • As receitas de construção, segundo a ICPC 01 (R1), são reconhecidas quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura e contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços de acordo com o CPC 17 - Contratos de construção. O estágio de conclusão é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização. c) Instrumentos financeiros: • Ativos financeiros não derivativos: A Companhia reconhece inicialmente os empréstimos e recebíveis na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. • Ativos e passivos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado: Um ativo ou passivo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou tenha sido designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos e passivos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no seu valor justo são reconhecidas no resultado do exercício. • Empréstimos e recebíveis: Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. • Passivos financeiros não derivativos: A Companhia reconhece inicialmente títulos de dívida emitidos na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo aqueles passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Companhia utiliza a data de liquidação como critério de contabilização. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. • Capital social: Ações ordinárias e preferenciais - são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. Ações preferenciais - são classificadas como patrimônio líquido caso sejam não resgatáveis, ou somente resgatáveis à escolha da Companhia. Dividendos mínimos obrigatórios - são reconhecidos como passivo, conforme definido em estatuto. d) Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor. e) Custo de transação na emissão de títulos de dívida: Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com

continua →

base no método do custo amortizado, que considera a taxa interna de retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação. f) Ativo imobilizado: • Reconhecimento e mensuração. O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção, de bens que não estejam vinculados diretamente ao contrato de concessão, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando necessário. Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessários para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais de imobilizado. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do imobilizado, são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais. • Depreciação: A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor, de cada componente. As principais taxas de depreciação estão demonstradas nas notas explicativas nº 10. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis. g) Ativos intangíveis: A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis: • Direito de uso e custo de desenvolvimento de sistemas informatizados - são demonstrados ao custo de aquisição, deduzido da amortização, a qual é calculada de acordo com a sua vida útil estimada. • Direito de exploração de infraestrutura conforme descrito no item (r). h) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment): • Ativos financeiros: Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas e suas reversões são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. • Ativos não financeiros: Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado. A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa. Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego/usuários dos projetos de infraestrutura detidos, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. i) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment): • Ativos financeiros: Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Quando um evento subsequente indica recuperação do valor perdido, esta recuperação é registrada no resultado. • Ativos não financeiros: Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado. A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa. Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego/usuários dos projetos de infraestrutura que a Companhia detém, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade, aos custos operacionais, à inflação, ao investimento de capital e às taxas de descontos. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. j) Provisões: Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. k) Provisão de manutenção - contratos de concessão: As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço. A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão. Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente em uso para utilização pelos usuários. A provisão para manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio. l) Receitas e despesas financeiras: Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de ativos financeiros, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias positivas sobre passivos financeiros. As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias sobre passivos financeiros, mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado e perdas por provisão para recuperação de ativos financeiros. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros. m) Capitalização dos custos dos empréstimos: Os custos de empréstimos atribuíveis ao contrato de concessão são capitalizados durante a fase de construção. n) Benefícios a empregados: • Planos de contribuição definida: Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos. • Benefícios de curto prazo a empregados: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. o) Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social do exercício, correntes e diferidos, são calculados com base nas alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, sobre a base tributável. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, às taxas decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pelos órgãos da administração. p) Resultado por ação: O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado líquido atribuível aos controladores da Companhia e a média ponderada de ações ordinárias durante o exercício. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação. q) Direito da concessão: Em consideração à orientação contida nos itens 12 (a) e 13 da OCPC 05 - Contratos de concessão, a Companhia adota a prática contábil de não ativar o preço da delegação do serviço público, não reconhecendo os valores futuros a pagar ao Poder Concedente (divulgado na nota explicativa nº 17) com base nos termos contratuais, sob o entendimento dos contratos de concessão destas investidas serem contratos executórios. A Administração da Companhia avalia que estes contratos de concessão podem ser encerrados sem custos relevantes que não sejam indenizados. r) Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura (ICPC 01 - R1). A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato. Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo. Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção. Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo mediante o reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, dependendo de sua classificação. Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber. O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários das rodovias pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é irrelevante, considerando-a zero. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão da rodovia, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização. s) Novos pronunciamentos e interpretações: Os pronunciamentos e as interpretações contábeis abaixo, emitidos até 31 de dezembro de 2014 pelo International Accounting Standards Board - IASB, não foram aplicados antecipadamente pela Companhia nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014. Os mesmos serão implementados à medida que sua aplicação ser torne obrigatória. A Companhia ainda não estimou a extensão dos possíveis impactos destes novos pronunciamentos e interpretações em suas demonstrações financeiras.

Pronunciamento/ Interpretação	Descrição	Vigência
Alterações à IAS 19 - Planos de benefícios definidos - contribuições dos empregados	Esclarece como uma entidade deve contabilizar as contribuições feitas por empregados ou terceiros que estejam relacionadas aos serviços prestados aos planos de benefícios definidos, levando em consideração se essas contribuições dependem da quantidade de anos de serviços prestados pelo empregado.	(a)
Alterações à IAS 16 a IAS 38 - Esclarecimento sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização	As alterações à IAS 16 proíbem as entidades de utilizarem um método de depreciação com base em receitas para itens do imobilizado. As alterações à IAS 38 introduzem uma presunção refutável de que as receitas não constituem base adequada para fins de amortização de um intangível.	(b)
IFRS 15 - Receita de contratos com clientes	Estabelece um único modelo abrangente a ser utilizado pelas entidades na contabilização das receitas resultantes de contratos com clientes.	(c)
IFRS 9 - Instrumentos financeiros	Revisão em 2014 contém exigências para: (i) classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros; (ii) metodologia de redução ao valor recuperável; (iii) contabilização geral de *hedge*.	(d)

(a) Aplicação em períodos anuais iniciados após 1º de julho de 2014; (b) Aplicação em períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2016; (c) Aplicação em períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2017; (d) Aplicação em períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2018. Adicionalmente, a interpretação emitida pelo IASB, listada a seguir, entrou em vigor no presente exercício e, portanto foi adotada pela Companhia em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014, sem gerar efeitos.

Interpretação	Descrição
Nova interpretação - IFRIC 21 - Tributos	Aborda sobra quando reconhecer uma obrigação relativa à tributos.

3. Apresentação das Demonstrações Financeiras: Em 14 de maio de 2014, foi publicada a Lei Federal nº 12.973, em conversão à MP nº 627/2013, que alterou a legislação tributária federal para adequá-la à legislação societária e às novas normas contábeis, entre outras providências. A Administração não optou pela adoção de forma antecipada e, assim, quaisquer impactos tributários, se aplicáveis, ocorrerão a partir de janeiro de 2015. Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC): As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), as quais abrangem as normas estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC em consonância com a Lei das Sociedades por Ações e os Pronunciamentos, as Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aplicadas de maneira consistente. Em 20 de fevereiro de 2015, foi aprovada pela Administração da Companhia a conclusão destas demonstrações financeiras. Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: • Instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo através do resultado; • Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado. Moeda funcional e moeda de apresentação: As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. Uso de estimativas e julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • 3 - Classificação de obras de melhorias incorporadas ao ativo intangível - ICPC01 (R1); • 7b - Impostos diferidos; • 10 - Depreciação do ativo imobilizado; • 11 - Amortização do ativo intangível; • 15 - Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas; • 16 - Provisão para manutenção; • 19 - Instrumentos financeiros. **4. Determinação do Valor Justo:** Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. Passivos financeiros não derivativos: O valor justo determinado para fins de registro contábil e de divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (BM&F Bovespa e Bloomberg). **5. Gerenciamento de Riscos Financeiros:** Visão Geral: A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: a) Risco de crédito; b) Risco de taxas de juros e inflação; e c) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez. A seguir estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras. a) Risco de crédito: Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, exceto para contas a receber de meios eletrônicos, que potencialmente sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de rating. b) Risco de taxas de juros e inflação: Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações (1) da TJLP relativos aos financiamentos em reais, (2) CDI relativo às debêntures e IGP-M relativo ao ônus da concessão. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nºs 6, 12 e 13. c) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez: Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (covenants) previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures. Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas. O quadro abaixo representa os passivos financeiros não derivativos (valores brutos dos custos de transação), por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento:

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 4 anos
Financiamentos (*)	43.339	18.806	–	–
Debêntures (*)	31.376	30.811	30.811	2.567

(*) Valores brutos dos custos de transação.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R$ 88.741, substancialmente composto por financiamentos e debêntures a pagar, conforme mencionado nas notas explicativas nºs 12 e 13. Essas dívidas são substancialmente formadas por captações aplicadas em projetos já performados. Além da geração de caixa decorrente de suas atividades, a Companhia está permanentemente reestruturando suas dívidas. **6. Caixa e Equivalentes de Caixa:** Estão representados por:

	2014	2013
Caixa e bancos	3.484	4.689
Aplicações financeiras	10.612	13.591
	14.096	18.280

7. Imposto de Renda e Contribuição Social: a) Conciliação do imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos. A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada a seguir:

	2014	2013
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	177.446	172.957
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(60.332)	(58.805)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes:		
Despesas indedutíveis	(836)	(101)
Doações a projetos culturais, esportivos e fundo municipal da criança e do adolescente e do idoso	1.753	968
Juros sobre capital próprio	2.426	2.234
Outros	546	970
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(56.443)	(54.736)
Impostos correntes	(65.745)	(55.434)
Impostos diferidos	9.302	698
	(56.443)	(54.736)
Alíquota efetiva	32%	32%

b) Impostos diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil. As projeções para realização dos ativos fiscais diferidos são revisadas anualmente, em dezembro. Se ocorrerem fatos relevantes que modifiquem essas projeções, elas serão revisadas durante o período pela Companhia. O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	2014	2013
Bases do ativo diferido:		
Saldo a depreciar dos gastos com obras registradas como provisão de manutenção (a)	14.705	18.552
Saldo a depreciar do ativo imobilizado reclassificado para o custo (b)	7.261	8.463
Constituição da provisão de manutenção (c)	15.997	11.557
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	3.821	3.047
Amortização do custo de transação	39	21
Total	41.823	41.640
Bases do passivo diferido:		
Direito de concessão - outorga fixa (d)	30.626	39.425
Depreciação do ativo imobilizado (fiscal) versus amortização do ativo intangível (contábil) (e)	32.730	32.334
Custo de empréstimos capitalizados (f)	7.066	7.782
Total	70.422	79.541
Total imposto de renda e a contribuição social diferidos	28.599	37.901

A Administração considera que os ativos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da resolução final das contingências e dos eventos. (a) Diferença temporária oriunda da deprecia-

continua

ção fiscal de obras qualificadas no escopo da provisão de manutenção nas práticas contábeis - Lei 11.638/07. (b) Diferenças temporárias oriundas das depreciações fiscais de obras qualificadas como custo nas práticas contábeis - Lei 11.638/07. (c) Constituição da provisão de manutenção, cuja realização ocorrerá nos termos do item "a", conforme práticas contábeis - Lei 11.638/07. (d) Adoção OCPC 05 - Outorga fixa: trata-se de impostos diferidos sobre a diferença entre o critério de reconhecimento do direito de outorga no ativo e passivo fiscais e o critério de reconhecimento somente pelo pagamento da parcela fixa da concessão na posição contábil. (e) Diferença temporária entre a depreciação fiscal e a amortização contábil de obras não capitalizáveis nos termos das práticas contábeis - Lei nº 11.638/07. (f) Diferença temporária entre os custos de empréstimos mantidos no resultado fiscal e a despesa de depreciação oriunda dos custos de empréstimos capitalizados para fins contábeis, no termos das práticas contábeis - Lei nº 11.638/07. **8. Partes Relacionadas:** Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, assim como as transações dos exercícios, relativos às operações com partes relacionadas decorrem de transações entre a Companhia, profissionais-chave de sua Administração e outras partes relacionadas. Estas operações foram realizadas substancialmente em condições de mercado.

	Transações no Resultado			Saldos	
Outras partes relacionadas:	Receita	Serviços Prestados	Remuneração dos Administradores	Contas a receber	Contas a pagar
Centro de Gestão e Meios de Pagamentos S.A. - CGMP (a)	–	13	–	20.081	–
SAMM Sociedade de Atividades Multimídia Ltda.	544	–	–	–	–
Profissionais-chave (b)	–	–	1.960	–	112
Total 31 de dezembro de 2014	544	13	1.960	20.081	112
Total 31 de dezembro de 2013	6	1.408	2.007	17.648	107

(a) Refere-se a contas a receber decorrente das tarifas de pedágio eletrônico (AVI) que são repassadas à Companhia no mês subsequente. (b) Contempla o valor total de remuneração atribuível aos membros da administração (diretoria estatutária) registrada em resultado. Na AGO realizada em 30 de abril de 2014, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho da administração e diretoria da Companhia de até R$ 1.623, a qual não inclui os encargos sociais. Os montantes referentes a despesas com profissionais-chave da Administração estão apresentados abaixo:

	2014	2013
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	1.343	1.179
Outros benefícios:		
Provisão de Participação no Resultado (PLR)	534	776
Outros	83	52
Total	1.960	2.007

9. Pagamentos Antecipados Relacionadas à Concessão: Estão representados por:

	2014	2013
Circulante		
Pagamentos antecipados relacionados à concessão - início da concessão (a)	233	233
Não circulante		
Pagamentos antecipados relacionados à concessão - início da concessão (a)	1.495	1.728
Despesa antecipada de outorga fixa - extensão do prazo de concessão (b)	35.807	43.037
Total	37.302	44.765

(a) Durante o primeiro ano da concessão, foram efetuados pagamentos antecipados ao Poder Concedente, relacionados à outorga da concessão. Esses valores foram registrados no ativo, na rubrica de pagamentos antecipados, relacionados à concessão e estão sendo amortizados no mesmo prazo definido para a concessão. (b) A mudança do prazo de concessão, citada na nota explicativa nº 1, não impactou o prazo e o valor dos pagamentos mensais de outorga fixa descritos na nota explicativa nº 17. Para adequar o valor do custo mensal do direito de outorga fixa, reconhecido no resultado ao novo prazo do contrato de concessão, a Companhia passou a registrar parte do pagamento mensal ao Poder Concedente como despesa paga antecipadamente. Esse saldo será apropriado de forma linear, no período correspondente ao aumento do prazo de concessão (de abril de 2018 até maio de 2022).

10. Imobilizado:

	Taxa média anual de depreciação - %	2014 Custo	2014 Depreciação	2014 Líquido	2013 Custo	2013 Depreciação	2013 Líquido
Sistemas operacionais (equipamentos)	17	31.593	(16.115)	15.478	27.271	(12.465)	14.806
Máquinas e equipamentos	16	7.587	(4.923)	2.664	6.785	(4.239)	2.546
Veículos	20	5.198	(2.901)	2.297	4.530	(2.621)	1.909
Móveis e utensílios	10	1.047	(533)	514	983	(458)	525
Benfeitorias e instalações em imóveis de terceiros	10	800	(478)	322	796	(408)	388
Imobilizado em andamento	–	3.253	–	3.253	1.834	–	1.834
		49.478	(24.950)	24.528	42.199	(20.191)	22.008

As taxas de depreciação das classes de bens do ativo imobilizado estão condizentes com a vida útil estimada dos bens. Caso a sua vida útil ultrapasse o prazo da concessão, as taxas de depreciação consideram este prazo limite.

Movimentação do custo:

2014	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Sistemas operacionais (equipamentos)	27.271	3.152	(142)	1.312	31.593
Máquinas e equipamentos	6.785	551	(149)	400	7.587
Veículos	4.530	530	(258)	396	5.198
Móveis e utensílios	983	77	(15)	2	1.047
Benfeitorias e instalações em imóveis de terceiros	796	4	–	–	800
Imobilizado em andamento	1.834	3.350	–	(1.931)	3.253
	42.199	7.664	(564)	179	49.478

2013	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Sistemas operacionais (equipamentos)	23.851	2.270	(4.002)	5.152	27.271
Máquinas e equipamentos	6.752	409	(462)	86	6.785
Veículos	3.734	1.128	(794)	462	4.530
Móveis e utensílios	992	111	(51)	(69)	983
Benfeitorias e instalações em imóveis de terceiros	798	–	(58)	56	796
Imobilizado em andamento	2.542	5.209	–	(5.917)	1.834
	38.669	9.127	(5.367)	(230)	42.199

Foram capitalizados custos de empréstimos no montante de R$106 em 31 de dezembro de 2014 (R$183 em 31 de dezembro de 2013).

Movimentação da depreciação:

2014	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Sistemas operacionais	(12.465)	(3.758)	135	(27)	(16.115)
Máquinas e equipamentos	(4.239)	(837)	135	18	(4.923)
Veículos	(2.621)	(536)	256	–	(2.901)
Móveis e utensílios	(458)	(87)	11	1	(533)
Benfeitorias e instalações em imóveis de terceiros	(408)	(70)	–	–	(478)
	(20.191)	(5.288)	537	(8)	(24.950)

2013	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	Saldo final
Sistemas operacionais	(13.538)	(2.831)	3.912	(8)	(12.465)
Máquinas e equipamentos	(3.841)	(828)	429	1	(4.239)
Veículos	(3.051)	(346)	776	–	(2.621)
Móveis e utensílios	(447)	(84)	66	7	(458)
Benfeitorias e instalações em imóveis de terceiros	(398)	(68)	58	–	(408)
	(21.275)	(4.157)	5.241	–	(20.191)

(a) Reclassificações por transferência do ativo imobilizado para o intangível.

11. Intangível:

	Taxa média anual de amortização%	2014 Custo	2014 Amortização	2014 Líquido	2013 Custo	2013 Amortização	2013 Líquido
Direitos de exploração de infraestrutura	(*)	617.773	(248.680)	369.093	613.252	(210.321)	402.931
Direitos de exploração de infraestrutura em andamento	–	2.802	–	2.802	2.806	–	2.806
Direito de uso de sistemas informatizados e outros	21	10.088	(6.575)	3.513	9.293	(4.814)	4.479
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados em andamento	–	–	–	–	32	–	32
		630.663	(255.255)	375.408	625.383	(215.135)	410.248

(*) Amortização pela curva de benefício econômico baseada no volume de tráfego.

Movimentação do custo

2014	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Direitos de exploração de infraestrutura	613.252	4.514	–	7	617.773
Direitos de exploração de infraestrutura em andamento	2.806	3	–	(7)	2.802
Direito de uso de sistemas informatizados e outros	9.293	959	(17)	(147)	10.088
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados em andamento	32	–	–	(32)	–
	625.383	5.476	(17)	(179)	630.663

2013	Saldo inicial	Adições	Transferências (a)	Saldo final
Direitos de exploração de infraestrutura	572.813	5.407	35.032	613.252
Direitos de exploração de infraestrutura em andamento	26.428	11.441	(35.063)	2.806
Direito de uso de sistemas informatizados e outros	7.409	1.314	570	9.293
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados em andamento	301	40	(309)	32
	606.951	18.202	230	625.383

Foram capitalizados custos de empréstimos no montante de R$3 em 31 de dezembro de 2014 (R$757 em 31 de dezembro de 2013).

Movimentação da amortização

2014	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Direitos de exploração de infraestrutura	(210.321)	(38.359)	–	–	(248.680)
Direito de uso de sistemas informatizados e outros	(4.814)	(1.773)	4	8	(6.575)
	(215.135)	(40.132)	4	8	(255.255)

2013	Saldo inicial	Adições	Saldo final
Direitos de exploração de infraestrutura	(175.967)	(34.354)	(210.321)
Direito de uso de sistemas informatizados e outros	(3.294)	(1.520)	(4.814)
	(179.261)	(35.874)	(215.135)

(a) Reclassificações por transferência do ativo imobilizado para o intangível.

12. Financiamentos:

	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (*)	Custos de transação incorridos	Saldo dos custos de transação a apropriar	Vencimento	2014	2013
Em moeda nacional:							
1) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	TJLP + 1,8% ao ano e TJLP + 2,8% ao ano	0,0234% ao ano e 0,0239% ao ano	18	2	15/11/2016	14.577	22.177
2) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	TJLP + 1,8% ao ano e TJLP + 2,8% ao ano	0,0652% ao ano e 0,0667% ao ano	51	7	15/04/2016	47.568	83.228
Total de financiamentos e empréstimos						62.145	105.405
Financiamentos e empréstimos						43.339	43.450
Custos de transação						(8)	(16)
Total circulante						43.331	43.434
Financiamentos e empréstimos						18.806	61.955
Custos de transação						(1)	(9)
Total não circulante						18.805	61.946
Total						62.136	105.380

(*) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que a liquidação dos juros e principal dar-se-á no final da operação e na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação. Seu método de cálculo está de acordo com o pronunciamento contábil CPC 08 (R1). Em 14 de dezembro de 2012, a Companhia firmou contrato de abertura de crédito junto ao BNDES, no valor total de R$130.000, com liberações de crédito trimestrais, mediante a apresentação dos documentos que comprovem a realização do projeto financiado. O contrato está subdividido em categorias de crédito e subcrédito, sendo o crédito A no montante de R$ 33.487 e o crédito B no montante de R$ 96.513. As principais garantias e cláusulas restritivas para o contrato de financiamento são as seguintes: - Carta(s) fiança(s) no valor do crédito liberado, com validade mínima de dois anos, devendo ser renovada(s) em até noventa dias antes do vencimento. Foram contratadas cartas de fiança no mesmo montante do financiamento; - Não apresentar, sem prévia e expressa autorização do BNDES, saldo devedor de empréstimos, financiamentos e debêntures, que represente mais de quinze por cento da receita bruta, auferida no exercício anual anterior. Estão excluídos desse saldo devedor os valores referentes à contratação de financiamentos cuja finalidade seja exclusivamente para aquisição de equipamentos, a 2ª emissão de debêntures e os mútuos concedidos por acionistas, cuja taxa de juros não seja superior a 2,5% acima do CDI ou 8% acima do IPCA. As condições, garantias e restrições pactuadas não foram alteradas e vêm sendo cumpridas regularmente.

13. Debêntures:

	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (*)	Custos de transação incorridos	Saldo dos custos de transação a apropriar	Vencimento	2014	2013
Série única	113,60% do CDI	0,1894% ao ano	627	284	15/01/2018	95.565	95.441
Circulante							
Debêntures						31.376	441
Custos de transação						(153)	(179)
Total circulante						31.223	262
Não circulante							
Debêntures						64.189	95.000
Custos de transação						(131)	(284)
Total não circulante						64.058	94.716
Total						95.281	94.978

(*) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que a liquidação dos juros e principal dar-se-á no final da operação e na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação. Seu método de cálculo está de acordo com o pronunciamento contábil CPC 08 (R1).

Cronograma de desembolsos (não circulante)	2014
2016	30.811
2017	30.811
2018	2.567
Total	64.189

A seguir especificamos as principais condições, garantias e restrições vinculadas às emissões de debêntures. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente. Em 15 de janeiro de 2013, a Companhia emitiu 9.500 (nove mil e quinhentos) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, em série única, de valor nominal unitário de R$1.000, sendo o valor total de emissão de R$95.000. A remuneração das debêntures é baseada na variação acumulada de 113,60% do CDI, com vencimento em 15 de janeiro de 2018 e os juros remuneratórios pagos mensalmente no dia 15 de cada mês até o seu vencimento, sendo o primeiro pagamento em 15 de fevereiro de 2013 e a amortização do valor nominal das debêntures ocorrerá em 37 parcelas mensais, iguais e consecutivas, sendo a primeira parcela paga em 15 de janeiro de 2015 e a última em seu vencimento. As debêntures podem ser amortizadas extraordinariamente a qualquer momento. O crédito foi efetuado em 29 de janeiro de 2013 e utilizado para a liquidação antecipada da 1ª emissão de debêntures na mesma data. Os principais critérios para o estabelecimento de vencimento antecipado são: (i) novas emissões de debêntures exceto da espécie subordinada ou cuja destinação dos recursos seja limitada a contratação de dívidas de longo prazo para o financiamento de investimentos não previstos no contrato de concessão do direito de exploração de qualquer rodovia de que a emissora seja titular, para os quais tenham sido acordados mecanismos legais de restabelecimento do equilíbrio econômico e financeiro do referido contrato de concessão; e (ii) que a Companhia contraia ou mantenha empréstimos de capital de giro no curso normal das atividades, que excedam, a qualquer momento, o valor principal total de R$40.000, sem prévia aprovação dos titulares das debêntures em Assembleia Geral dos Debenturistas. **14. Impostos e Contribuições Parcelados:**

	2014	2013
Circulante		
Imposto de renda e contribuição social	–	785
Imposto de renda e contribuição social (*)	793	785
	793	1.570
Não circulante		
Imposto de renda e contribuição social (*)	5.019	5.752
Total	5.019	5.752

(*) Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia apresentava saldo de principal, multa e juros de impostos e contribuições federais, os quais foram objeto de pedido, junto à Receita Federal do Brasil, de adesão ao programa de descontos e parcelamentos de débitos tributários federais, previsto na Lei nº 11.941/09. Os passivos tributários incluídos neste programa referem-se ao recálculo da depreciação e amortização dos bens adquiridos até 31 de dezembro de 2006, entre 1º de janeiro de 2007 e 30 de outubro de 2009. Em 15 de junho de 2012, foi consolidado o parcelamento de dívida pela Receita Federal do Brasil de acordo com condições previstas na Lei nº 11.941/09. Os impostos parcelados através da Lei nº 11.941/09 serão pagos em até 150 parcelas, mensais, iguais e consecutivas, e atualizados mensalmente com base na taxa Selic. **15. Provisão para Riscos Fiscais, Cíveis e Trabalhistas:** A Companhia é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

Movimentação em 2014	Saldo inicial	Constituição da provisão	Realização	Reversão	Saldo final
Não circulante					
Cível	6.103	2.076	(697)	(127)	7.355
Trabalhista	2.859	1.501	(273)	(206)	3.881
Total	8.962	3.577	(970)	(333)	11.236
Movimentação em 2013	6.989	3.417	(1.217)	(227)	8.962

A Companhia possui outras contingências passivas relativas a questões tributárias e cíveis, avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante estimado de R$3.440, em 31 de dezembro de 2014 (R$3.009 em 31 de dezembro de 2013), para os quais nenhuma provisão foi constituída.

16. Provisão de Manutenção:

	Saldo inicial	Constituição da provisão a valor presente	Reversão do ajuste a valor presente	Realização	Transferência	Saldo final
Movimentação em 2014						
Circulante	5.550	9.045	509	(7.848)	10.913	18.169
Não circulante	28.441	10.252	1.100	–	(10.913)	28.880
Total	33.991	19.297	1.609	(7.848)	–	47.049
Movimentação em 2013	29.848	19.722	163	(15.742)	–	33.991

Os projetos com início de provisão no exercício de 2014 foram trazidos a valor presente à taxa de 12,29% ao ano (10,14% ao ano em 2013). A taxa utilizada refere-se ao custo de dívida de mercado para estes períodos. Em 31 de dezembro de 2014, o montante provisionado e a provisionar corresponde a R$168.991 do valor nominal das projeções de gastos para a data de desembolso na realização da manutenção (R$101.802 em 31 de dezembro de 2013). **17. Compromissos Vinculados a Contratos de Concessão:** a) Compromisso com o Poder Concedente: Decorrente do direito de outorga fixo. Refere-se ao ônus da concessão assumido no processo de licitação, ainda não contabilizados por ser o contrato de concessão considerado como executório, conforme nota explicativa nº 3-q, determinado com base em valor fixo a ser pago ao Poder Concedente, conforme demonstrado a seguir:

	Valor nominal 2014	Valor nominal 2013	Valor presente 2014	Valor presente 2013
Outorga fixa	93.744	117.717	86.505	105.998

O cálculo do valor presente foi efetuado considerando-se uma taxa de juros de 5% a.a., compatível com a taxa estimada para emissão de dívida com prazo similar ao ônus da outorga, não tendo vinculação com a expectativa de retorno do projeto. O compromisso será pago em parcelas mensais e iguais até 2018, corrigidas monetariamente pela variação do IGP-M em julho de cada ano. Esses compromissos atualizados até 31 de dezembro de 2014 estão assim distribuídos:

	Valor Nominal	Valor presente
2015	28.733	27.987
2016	28.894	26.803
2017	28.894	25.526
2018	7.223	6.189
Total	93.744	86.505

No decorrer do exercício, foi pago e compensado o montante de R$27.689 referente ao direito de outorga fixa

(R$25.866 em 31 de dezembro de 2013). Decorrente da provisão de outorga variável: Refere-se ao preço da delegação do serviço público correspondente a 3% da receita bruta efetivamente obtida mensalmente, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente. A partir de novembro de 2013, os saldos a pagar de outorga variável e fixa passaram a ser compensados com os valores a receber previstos no Termo Aditivo Modificativo nº 20/2013, assinado em 07 de janeiro de 2013. No decorrer do exercício foi pago e compensando o montante de R$12.510 referente ao direito de outorga variável (R$12.341 em 31 de dezembro de 2013). b) Compromissos relativos às concessões: Além dos pagamentos ao Poder Concedente, a Companhia assumiu o compromisso de melhorar, conservar e expandir as rodovias. Em 31 de dezembro de 2014, esses compromissos de investimentos ainda não contabilizados por serem considerados como executórios, estão estimados em R$93.563 (R$119.114 em 31 de dezembro de 2013), a serem realizados até o final do prazo original da concessão. **18. Patrimônio Líquido:** a) Capital social: O capital social é representado por 75.000.000 ações nominativas e sem valor nominal, sendo 25.000.000 ordinárias e 50.000.000 preferenciais. As ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social. As ações preferenciais têm direito a um dividendo 10% superior ao pago a detentores de ações ordinárias. b) Reservas de lucros: Reserva legal - constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do Artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Reserva de retenção de lucros: constituída para a aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital, aprovados em Assembleia Geral Ordinária. c) Dividendos: Os dividendos são calculados em conformidade com o estatuto social e de acordo com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), sendo o valor dos dividendos mínimos obrigatórios 25% do lucro líquido. Em 30 de abril de 2014, foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária, a distribuição de dividendos propostos no montante de R$51.345 relativos aos lucros de anos anteriores e o pagamento de R$ 30.363, pagos em 7 de abril de 2014. Em 16 de julho de 2014, foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração, a distribuição de dividendos intermediários no montante de R$58.505 relativos aos lucros de anos anteriores. Em 4 de dezembro de 2014, foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração, a distribuição de dividendos intermediários no montante de R$10.513 relativos ao lucro do exercício e pagamento de R$ 90.000, pagos em 6 de dezembro de 2014. O pagamento é composto de R$ 20.982 referente ao saldo da distribuição de dividendos propostos aprovada em 30 de abril de 2014, acrescido de R$ 69.018 referente à dividendos intermediários, sendo a distribuição de R$ 58.505 aprovada em 16 de julho de 2014 e R$ 10.513 aprovada nessa data.

Destinações do lucro líquido do exercício:

Lucro líquido do exercício	121.003
Destinações:	
Dividendos intermediários pagos	10.513
Juros sobre capital próprio	5.639
Dividendo adicional proposto	44.851
Reserva de retenção de lucros	60.000

d) Juros sobre capital próprio: Os juros sobre capital próprio são calculados sobre o patrimônio líquido e limitados à variação, *pro rata dia*, da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP (Lei nº 9.249/95). Em 30 de abril de 2014, foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a provisão de juros sobre capital próprio no montante de R$1.495, com base no patrimônio líquido de 31 de dezembro de 2013, pagos em 4 de abril de 2014. Em 27 de junho de 2014, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, a provisão juros sobre capital próprio no montante de R$1.477, com base no patrimônio líquido de 31 de março de 2013, pagos em 4 de julho de 2014. Em 30 de setembro de 2014, foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração, a provisão juros sobre capital próprio no montante de R$1.957, com base no patrimônio líquido de 30 de junho de 2014, pagos em 3 de outubro de 2014. Em 31 de dezembro de 2014, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, a provisão juros sobre capital próprio no montante de R$2.205, com base no patrimônio líquido de 30 de setembro de 2014. **19. Instrumentos Financeiros:** Política: A Companhia mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, assim como também não efetua operações com derivativos definidos como exóticos. Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia, conforme o quadro a seguir: Instrumentos financeiros por categoria:

	2014			2013		
Ativos:	Valor justo mensurado através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo mensurado ao custo amortizado (*)	Valor justo mensurado através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo mensurado ao custo amortizado (*)
Aplicações financeiras	10.612	–	–	13.591	–	–
Contas a receber	–	881	–	–	726	–
Outros créditos	–	1.333	–	–	551	–
Partes relacionadas	–	20.081	–	–	17.648	–
Passivos:						
Financiamentos	–	–	(62.136)	–	–	(105.380)
Debêntures	–	–	(95.281)	–	–	(94.978)
Fornecedores e outras contas a pagar	–	–	(5.223)	–	–	(4.391)
Partes relacionadas	–	–	(112)	–	–	(107)
Total	10.612	22.295	(162.752)	13.591	18.925	(204.856)

(*) Valores líquidos do custo de transação. Os valores justos informados não refletem mudanças futuras na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas adotadas na determinação do valor justo: • Aplicações financeiras - são definidos como ativos mensurados pelo valor justo através do resultado, sendo o valor justo idêntico ao valor contábil; • Contas a receber de clientes, outros créditos, contas a receber de partes relacionadas, fornecedores, remuneração dos administradores e outras contas a pagar - seus valores aproximam-se do de mercado em razão do prazo de liquidação de, em geral, 30 dias; • Financiamentos - consideram-se os valores contábeis desses financiamentos equivalentes aos valores justos, por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundos de fontes de financiamento específicas para financiamento de investimentos, atrelados à TJLP - Taxa de Juros do Longo Prazo, conforme descrito na nota explicativa nº 12; • Debêntures - seu valor justo é o seguinte:

	2014		2013	
	Valor contábil (a)	Valor justo (b)	Valor contábil (a)	Valor justo (b)
Debêntures	95.565	97.650	95.441	98.598

(a) Valores brutos dos custos de transação; (b) Os valores justos estão qualificados no nível 2, conforme definição detalhada no item "hierarquia do valor justo" abaixo. Hierarquia de valor justo: A Companhia somente detém instrumentos financeiros qualificados no nível 2, correspondentes a aplicações financeiras de curto prazo, nos valores de R$10.612 em 31 de dezembro de 2014 (R$13.591em 31 de dezembro de 2013). Os diferentes níveis foram definidos como a seguir: • Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; • Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); • Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros: Os quadros abaixo apresentam os valores resultantes de juros sobre os contratos de financiamentos sujeitos a esses riscos. A análise de sensibilidade abaixo tem por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. As taxas utilizadas nos cenários A e B foram adicionadas dos percentuais de deterioração de 25% e 50% utilizadas no cenário provável. As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises. Abaixo estão demonstrados os valores resultantes de juros sobre os contratos de financiamentos e debêntures com taxas pós-fixadas. Os valores correspondem aos efeitos calculados para um período de doze meses a partir da data dessas demonstrações financeiras, ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

				Efeito no resultado				
					Aumento		Redução	
Operação	Risco	Vencimento	Saldo (1)	Cenário Provável	Cenário A - 25%	Cenário B - 50%	Cenário A - 25%	Cenário B - 50%
Passivos financeiros:								
Debêntures	Variação CDI	15/01/2018	95.565	(12.550)	(15.687)	(18.824)	(10.040)	(8.366)
			CDI(2)	11,57%	14,46%	17,36%	9,26%	7,71%
BNDES A1	Variação TJLP	15/11/2016	10.203	(704)	(880)	(1.056)	(563)	(469)
			TJLP(3)	6,80%	8,50%	10,20%	5,44%	4,53%
BNDES A2	Variação TJLP	15/11/2016	4.374	(346)	(433)	(519)	(277)	(231)
			TJLP(4)	7,80%	9,75%	11,70%	6,24%	5,20%
BNDES B1, B3 e B5	Variação TJLP	15/04/2016	33.294	(2.296)	(2.871)	(3.445)	(1.837)	(1.531)
			TJLP(3)	6,80%	8,50%	10,20%	5,44%	4,53%
BNDES B2, B4 e B6	Variação TJLP	15/04/2016	14.274	(1.129)	(1.412)	(1.694)	(904)	(753)
			TJLP(4)	7,80%	9,75%	11,70%	6,24%	5,20%

(1) Nos valores de exposição não estão deduzidos os custos de transação. (2) Refere-se à taxa de 31 de dezembro de 2014, divulgada pela CETIP. (3) Refere-se à taxa do 4º trimestre de 2014 + juros fixos de 1% ao ano. (4) Refere-se à taxa do 4º trimestre de 2014 + juros fixos de 1,8% ao ano. **20. Cobertura de Seguros:** A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 31 de dezembro de 2014, as coberturas proporcionadas pelas apólices de seguros da Companhia, foram resumidas conforme abaixo: • Responsabilidade civil: R$34.459; • Riscos de engenharia: R$5.090; • Riscos patrimoniais: R$11.820; • Perda de receita: R$98.065. **21. Resultado Financeiro:**

	2014	2013
Despesas financeiras:		
Juros sobre financiamentos e debêntures	(17.152)	(16.831)
Ajuste a valor presente sobre a provisão de manutenção	(1.609)	(163)
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(1.497)	(820)
Comissão fiança	(805)	(1.099)
Juros sobre impostos parcelados	37	(615)
Capitalização dos custos dos empréstimos	109	940
	(20.917)	(18.588)
Receitas financeiras:		
Rendimento sobre aplicações financeiras	4.289	3.482
Juros e outras receitas financeiras	17	2.631
	4.306	6.113

22. Receitas: A seguir, a conciliação entre as receitas brutas para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do período:

Receitas:	2014	2013
Receita de pedágio	369.149	345.554
Receitas acessórias	7.989	6.417
Receita de contratos de construção	4.534	16.165
	381.672	368.136
Deduções:		
Impostos sobre receitas	(34.714)	(31.471)
Abatimentos	–	(2.337)
	(34.714)	(33.808)
Total das receitas	346.958	334.328

COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Anwar Damha
Presidente

Marco Aurélio Eugênio Damha
Vice-Presidente

Athur Piotto Filho
Membro Titular

Ítalo Roppa
Membro Titular

Maria Stella Eugênio Damha
Membro Titular

Alberto Bagdade
Membro Suplente

Marcus Rodrigo de Senna
Membro Suplente

Maria Mônica Damha Athia
Membro Suplente

Mário Múcio Eugênio Damha
Membro Suplente

Paulo Yukio Fukuzaki
Membro Suplente

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA

Roberto de Barros Calixto
Diretor Presidente

Rogerio Cezar Bahú
Diretor

CONTADOR

Walney de Freitas Garcia
CRC 1SP222887/O-1

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos acionistas, Conselheiros e Administradores da **Renovias Concessionária S.A.** - Mogi Mirim - SP - **Introdução:** Examinamos as demonstrações financeiras da Renovias Concessionária S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras:** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Renovias Concessionária S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2015

Deloitte Touche Tohmatsu
Auditores Independentes
CRC n° 2 SP 011609/O-8
João Rafael Belo de Araújo Filho
Contador
CRC n°1 SP 246752/O-6

Deloitte.